

Igualdade de gênero na era da diversidade

Rosane Durval da Silva¹

Resumo. O presente artigo tem como objetivo analisar alguns aspectos sobre igualdade de gênero e sobre a mulher e seu corpo. Reconhece avanços sobre a questão da igualdade de gênero e da diversidade, mas observa que o pensamento conservador se mantém vivo, impondo sua lógica irracional. A mulher conquista cada vez mais altos postos de trabalhos e importantes cargos na sociedade, mas ainda assim continua sujeita à lógica da criminalização e da punição, principalmente no que se refere ao seu corpo, a sua sexualidade e a exploração acentuada no trabalho formal e no trabalho doméstico, que lhe é atribuído como tarefa natural. As práticas reacionárias que criminalizam a mulher relativizam o debate sobre igualdade de gênero, mantendo-o isolado e abstrato, em detrimento de uma análise fundamentada na categoria de totalidade, omitindo as dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais.

Palavras Chave: Diversidade; Mulher; Relações Sociais; Preconceito.

Abstract. *Gender unequality in the age of diversity.* The present paper intends to analyse some of the aspects about gender equality and about women and their bodies. It recognizes that the matter of gender equalities and diversity has advanced, but observes that the conservative perspectives are still alive, imposing its irrational logic. Women conquer higher and higher work posts and important positions in society, but still remain subjected to the logic of criminalization and punishment, especially in regards to their bodies, their sexualities and the marked exploitation of their formal and domestic work, which is to them assigned as natural. The reactionary practices that criminalize women are the same ones that relativize the debate about gender equality, keeping it isolated and abstract, in opposition to an review reasoned by the totality category, overlooking the social, economic, political and cultural dimensions.

Key-words: Diversity; Woman; Social relations; Prejudice

1 Introdução

O debate sobre gênero e diversidade ganha notoriedade. Entretanto, ele se estabelece apenas a partir de falas e discursos que estão distantes de abordarem as causas fundantes que envolvem a temática. Tratar a questão de gênero e diversidade envolve o estabelecimento de um diálogo mais totalizante entre as várias dimensões presentes no movimento do real, de forma que as lógicas social, econômica, política e cultural necessitam ser articuladas e pensadas numa relação conjunta, como dimensões constituintes de determinada realidade que

¹Faculdade Paulista de Serviço Social de São Caetano do Sul, rosane124@hotmail.com.

expressam a lógica de desenvolvimento e/ou retrocesso da sociedade. Pensar a temática isolada e distante deste movimento da realidade conduz a reflexão para um caminho e uma construção frágil, na medida em que não consegue estabelecer uma ligação de pensamento entre, por exemplo, ordem societária e interesses econômicos.

O desafio presente nesta abordagem é justamente entender o movimento do real, compreendendo a questão a partir destas dimensões e revelando, sobretudo, os interesses expressos na lógica de opressão que se estabelece entre as diferenças de gênero e a dominação que se impõe e impede qualquer manifestação da diversidade, como é possível observar nas variadas falas manifestas na sociedade. Para alcançar este objetivo, optou-se pelo método dialético, respaldado pela pesquisa bibliográfica.

Além desta breve introdução e das considerações finais, o texto foi organizado em duas partes. A primeira aborda os avanços e os retrocessos na discussão sobre gênero e diversidade. A segunda faz alguns apontamentos sobre diversidade, preconceito e reprodução na vida cotidiana.

2 Retrocessos e avanços na discussão sobre gênero e diversidade

A retomada do pensamento conservador na atualidade não está desvinculada das relações mais totalizantes de nossa sociedade, ou seja, das estruturas sociais, econômicas, culturais e políticas. O neoconservadorismo que se estabeleceu no Brasil, por exemplo, a partir dos anos 1990, mais uma vez se revela por meio de sua principal característica: a negação ao pensamento lógico e da razão. É possível perceber que o debate sobre as questões socioculturais na sociedade brasileira não está pautado pela razão ou pelo conhecimento que supere o senso comum, mas, sobretudo, pelo discurso religioso e da autoajuda.

As expressões da questão social ganham na mídia e nos espaços midiáticos o título de problemas sociais, questões sociais, caos social, associados ao pobre e à pobreza. O pobre, vivendo entre o emprego e o desemprego, é potencialmente criminoso, mesmo quando com um salário de subsistência consegue pertencer a esta sociedade, recebendo o título de cidadão, via consumo. O que o caracterizará como cidadão é o acesso ao consumo, ao crédito, ao financiamento. A via da cidadania não perpassa pelo acesso aos direitos e pela constituição do dever, mas pela possibilidade do consumo, pela oportunidade de ser alguém que pode consumir. Por este motivo, questões que são essencialmente políticas são esvaziadas de seu conteúdo e da sua essência, para se tornarem apenas questões polêmicas.

Desta forma, dissemina-se uma lógica de empobrecimento cultural, que rotula determinadas questões como exclusivamente polêmicas, sinalizando para os indivíduos que aquilo que é polêmico não se discute: admite-se a polêmica presente, mas não se estabelece um enfrentamento, no sentido do diálogo e entendimento da questão. As expressões da questão social, advindas da relação de exploração do trabalho pelo capital, são relativizadas à experiência empírica dos sujeitos; ou seja, o foco passa a ser o sujeito e a sua capacidade de superar uma situação de pobreza absoluta. A lógica de pensamento que se impõe – mediante discursos, debates e notícias – é a da não razão, do empobrecimento cultural e humano, fortemente carregado de um apelo sentimental, que leva pavor e violência e espalha preconceito; que busca punir e criminalizar os mais vulneráveis e culpados inexistentes.

O preconceito é disseminado e atinge os setores mais vulnerabilizados da sociedade, como crianças e adolescentes, mulheres, idosos e deficientes, dentre outros. Conforme alerta Chauí (1989), a sociedade brasileira não tolera a diferença, reconhecida como inferioridade. Nesta lógica não há espaço para o diverso, para o diferente, de modo que a mulher, sendo diferente do padrão de dominação, logo será vista como inferior. Como tal, está sujeita a todos os tipos de preconceitos – intelectual, físico, social etc. – que vão se naturalizando no cotidiano da sociedade e se expressando de forma cada vez mais violenta, por meio dos discursos e falas na mídia, nas músicas², no debate sobre o corpo, colocando a mulher na posição de mais um corpo a ser consumido e descartado quando não mais necessário³.

Na atualidade, existe uma política nacional de enfrentamento à violência contra a mulher, que prevê formas distintas de atendimento e capacitação de agentes públicos, o que por um lado demarca um avanço, mas, por outro lado e ao mesmo tempo revela um processo de segregação da mulher, que para não ser mais uma vez agredida, necessita de um espaço diferenciado de atendimento. Isto também se expressa no transporte público, com os vagões e espaços destinados às mulheres, como nos ônibus “rosas” no nordeste do país. Ou seja, não há construção de igualdade, de respeito, e de não violência, mas de segregação. As mulheres acabam por aceitar esta medida “protetiva”, por não haver, pelo menos em alguns casos, outra saída para a violência cotidiana que vivenciam. O que se observa nessa relação são práticas antigas que convivem com novas práticas, que em muitas situações não garantem um processo de efetiva proteção à mulher, e, sobretudo, não constroem uma cultura de não violência e de igualdade.

²Músicas como a do cantor brasileiro Michel Teló, amplamente difundidas no Brasil e no mundo, naturalizam a posse do homem sobre o corpo da mulher, demarcando gestos, falas e atitudes violentas contra a mulher como é possível verificar no refrão da música *Ai se eu te pego*: “Sábado na balada; a galera começou a dançar; passou a menina mais linda; tomei coragem e comecei a falar: nossa, nossa; assim você me mata; *ai se eu te pego; ai, ai, se eu te pego*”. *Ai se eu te pego* – Michel Teló. Grifos do autor.

³Recentemente em um programa televisivo chamado “Encontro com Fátima Bernardes” o psicanalista Dr. Francisco Dault afirmou que uma mulher que sai sozinha para ir a um bar, vestida para “matar” é uma garota de programa. A esse respeito, ver Domingos (2014).

Nos últimos anos, a questão da mulher avançou muito em termos legais, mas elas ainda são vítimas constantes de agressões, estupros e outros tipos de violência. Na atualidade, há um discurso de superação da mulher, principalmente por sua inserção no mercado de trabalho e pelos postos que vem se apropriando. Apesar disso, as mulheres ainda convivem com velhas ações que retratam a situação na qual estão sujeitadas, de maus tratos, violência, desrespeito e coisificação, reveladas em falas, gestos, condutas, ações, campanhas – por vezes até políticas⁴ – e que se mostram cada vez mais reacionárias, demarcando o tipo de pensamento sobre a mulher e seu corpo.

E não para por aí. Existe um padrão de beleza determinado, que estabelece que a mulher se apresente sempre com boa aparência (jovial, magra e alta) para que seja aceita nos padrões da sociedade e nas preferências masculinas. Constantemente mulheres são substituídas em seus postos de trabalhos por outras mais jovens e mais bonitas, que permanecem em muitos casos ao lado de homens mais velhos, como é o caso de atrizes, apresentadoras e jornalistas brasileiras.

Este pensamento, que se naturaliza no cotidiano da sociedade, tem como base as expressões do senso comum, que criminalizam a mulher pelo seu modo de se vestir, andar ou falar. As violências sexuais sofridas por mulheres se “justificam” pelo fato de a mulher estar vestida de forma “provocativa” e/ou “inadequada”. Alguns homens se sentem no direito de tocar e violentar uma mulher com a justificativa de que a mesma lhe provocou. E não apenas alguns homens justificam seus atos por meio dessa ideia de provocação, como a própria mulher reproduz a lógica na qual está submetida e se culpabiliza pela violência, quando não passa a ser ela própria a detentora destes valores, reproduzindo o viés da criminalização, punindo as demais mulheres por suas condutas.

Apesar da Lei Maria da Penha ter sido promulgada em 2006, os índices de violência contra a mulher se mantiveram com poucas variações, o que demonstra que apesar da conquista e do marco legal, a mulher ainda é vista como desigual, portanto inferior e passível de ser violentada, por representar o mais fraco na sociedade dos mais fortes. O Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) avaliou o impacto da Lei Maria da Penha sobre a

⁴No final de 2014 foi lançada uma campanha de combate ao HIV na Argentina chamada “PROtege” onde aparecia uma foto de um corpo feminino com uma vagina com um zíper e um lanço acima. A campanha foi realizada pela juventude do PRO (Propuesta Republicana) do partido de Mauricio Macri, pré-candidato à presidência e chefe do governo de Buenos Aires. A campanha foi acusada de sugerir que as mulheres fechassem as pernas para prevenir o vírus HIV. Depois da repercussão negativa e das manifestações dos grupos de defesa da mulher e da diversidade, o advogado e secretário da organização nacional da juventude do PRO, Yamil Santoro, se retratou dizendo que a campanha foi um erro, pois não interpretou a mensagem complicada que estava por trás do cartaz.

taxa de mortalidade de mulheres por agressões, constatando que não houve um impacto considerável na redução da mesma. O estudo comparou dois momentos, o período 2001-2006, onde a taxa de mortalidade por 100 mil mulheres era de 5,28, e o período 2007-2011, após a criação da Lei Maria da Penha, onde foi possível observar um sutil decréscimo, que passou para 5,22 (IPEA, 2013:1). Este dado é revelador à medida que nos coloca diante de um desafio que é refletir sobre as principais causas da violência na qual a mulher está submetida.

Como nos esclarece Cisne (2014, p.26) não se trata apenas de pensar a condição da mulher no mundo do trabalho como uma questão de ordem “linguística ou meramente gramatical”. Não se quer apenas ressaltar que além dos homens trabalhadores existem mulheres trabalhadoras, mas sim analisar e demarcar como as mulheres sofrem uma exploração “particular”, mais intensa do que dos homens, sendo esta a medida para pensar a situação da mulher no Brasil, que perpassa por um recorte de classe, mas que independentemente dele as mulheres são oprimidas por sua condição de gênero, numa relação diversa, dependendo de sua classe social. Para a autora o racismo é também um elemento fundamental para o desvelamento por meio dos mecanismos de dominação e exploração presente na sociedade, que se manifesta por meio da divisão das classes sociais.

O entendimento da constituição da divisão da sociedade em classes é fundamental para este debate. Compreender que a sociedade está dividida entre classes é vital para o entendimento das relações de dominação e opressão presentes na sociedade. Entretanto, é necessário demarcar que as classes sociais têm raça, etnia e sexo. Em outras palavras, não há uma homogeneidade nas classes sociais, mas uma hierarquia que se revela justamente por meio da raça, etnia e sexo, como é possível verificar, por exemplo, nas diferenças existentes na remuneração de homens e mulheres, o que se acentua quando estão presentes as diferenças entre raças. Nesta relação de hierarquia existe a determinação de um padrão de dominação, que é justamente do homem, branco, heterossexual e rico, no contraste com a outra extremidade de um padrão de exclusão que é o da mulher, negra, homossexual, pobre e gorda, que será alvo de todas as formas preconceito.

Há ainda outra dimensão importante a se considerar nessa “ordem” hierárquica, que é o sistema heterossexual obrigatório de organização social. Os homens brancos e heterossexuais possuem muito mais privilégio do que o outro lado extremo da hierarquia social: a mulher negra, lésbica e pobre. Assim, a dimensão da orientação sexual, nessa sociedade patriarcal, engendra opressões particulares. Por exemplo, um homem pobre e heterossexual, possui muito mais respeitabilidade do que um homem pobre gay. A dimensão de classe, contudo, não pode ser dissociada dessa análise. Um gay rico, por mais que sofra opressões pela sua orientação sexual, não sofre tanta discriminação quanto um gay pobre, além disso, possui privilégios oferecidos pela sua condição socioeconômica que um pobre heterossexual não possui (CISNE, 2014, p. 30).

3 Alguns apontamentos sobre diversidade, preconceito e reprodução na vida cotidiana.

Para fundamentar o debate sobre a questão da desigualdade de gênero, é importante pensá-lo a partir das estruturas totalizantes da sociedade e sua reprodução no cotidiano das ações, ou seja, como o pensamento preconceituoso e machista é reproduzido no dia a dia e incorporado de forma acrítica por toda a sociedade.

A identidade e a sexualidade são construções sociais, ou seja, são relações construídas pelos próprios homens⁵ e passadas de geração a geração, que respondem a objetivos de sociabilidade. Esta construção é ampla e dependendo da sociedade e do momento histórico pode ser mais ou menos hegemônica, mas sua essência, entretanto, é diversa, pois, sendo uma construção social, perpassa pela construção coletiva e individual, portanto, subjetiva. Na sociedade capitalista existe a imposição de um tipo de identidade sexual que se remete apenas ao masculino e ao feminino. Qualquer outra forma de identidade que não seja a masculina e a feminina será fortemente combatida, assim como os indivíduos que expressam uma identidade sexual diferente de seu sexo biológico, como, por exemplo, os transexuais.

Alguns autores defendem a tese da construção da identidade social e sexual por meio da necessidade de reprodução da sociedade capitalista⁶ e irão justificar isto a partir da necessidade de constituição da família burguesa, formada pelo homem, mulher e filhos. Esta constituição representa parte da reprodução das relações capitalistas, uma vez que a herança e a propriedade privada serão repassadas aos herdeiros, tendo a mulher, a função de gerar os herdeiros e garantir a reprodução da sociedade capitalista. Assim, o mito da sexualidade responde a uma necessidade presente no processo de reprodução da sociedade capitalista, que iguala identidade sexual a orientação sexual⁷, ou seja, através do discurso hegemônico se instaura a ideia de que somente existem homens e mulheres, que serão respectivamente

⁵O emprego da palavra “homem”, não se restringe à condição biológica. A menção refere-se ao gênero humano.

⁶A esse respeito, ver especialmente Cisne (2014), Engels (1979), Prado; Machado (2008).

⁷Identidade sexual e orientação sexual são duas categorias distintas. A identidade sexual refere-se ao que cada indivíduo pensa sobre sua sexualidade, seu desejo e atração sobre o outro. Envolve um conjunto de dimensões, que não se refere apenas à sexualidade, mas a construção do feminino e do masculino e até mesmo da junção dos dois. Já a orientação sexual refere-se à atração e ao desejo sobre o outro, podendo este ser um desejo pelo mesmo sexo (homossexual), pelo sexo diferente (heterossexual) ou por ambos os sexos (bissexual). Na sociedade capitalista existe uma tendência a igualar estas duas categorias, pois no âmbito do senso comum, o entendimento é de que ao nascer biologicamente homem ou mulher será respectivamente masculino e feminino. Quando se fala em diversidade se remete justamente ao contrário desta determinação. Portanto, as identidades sexuais serão as mais variadas, assim como a orientação sexual. Um indivíduo que nasceu biologicamente homem pode ter sua identidade sexual masculina (ou seja, se sentir homem), pertencente ao universo masculino, e ter como orientação sexual o desejo pelo mesmo sexo, expressando sua homossexualidade. Ou, ao contrário, um indivíduo biologicamente homem pode expressar uma identidade feminina, se identificar com esta construção do que é o universo feminino, se sentir mulher, se vestir como tal e ter uma orientação sexual heterossexual e assim se relacionar sexualmente com mulheres, pois se sente atraído por mulheres. Isto demarca uma pequena variação da sexualidade, expressando a diversidade existente, que a sociedade julga e impõe não existir, seja por padrões moralistas, religiosos, ou até mesmo políticos e econômicos, que visam uma reprodução da sociedade a partir de valores que garantam a reprodução da família tradicional.

masculinos e femininos, nascidos para se unirem. Qualquer outra forma de união será fortemente repreendida e criminalizada pelo discurso que defende a união natural entre homens e mulheres, sendo que qualquer outra possibilidade se constituirá como “antinatural”, “anormal” ou mesmo “aberração”.

Com a retomada do discurso conservador que tem como base a tradição, a propriedade privada e a família, a mulher será pensada a partir desta tríade que a conceberá como elemento central na reprodução desta lógica, determinando-lhe, sobretudo, a função de educadora e formadora. Na família terá a função de educar os filhos, a partir dos valores moralistas reprodutores da opressão que a própria mulher vivencia. No trabalho será convocada a assumir funções tradicionalmente desempenhadas por mulheres e associadas ao cuidar e à formação.

Nesta lógica, desde muito cedo meninas e meninos serão educados de forma distinta, onde a mulher será moldada a partir de valores que a colocam num patamar de submissão ao homem, atribuindo-lhe como espaço natural o doméstico. Nesta perspectiva, os símbolos serão constituídos e representarão o feminino e o masculino, demarcando que o campo feminino é a casa e os filhos, devendo assim assumir aquilo que seria sua vocação natural: ser mãe e dona de casa. Como brinquedos, as meninas ganharão bonecas (que representam os filhos), o fogão e a geladeira (que representam o espaço doméstico e suas responsabilidades), enquanto os meninos receberão carrinhos, pipas e bolas (tudo que está distante do espaço doméstico, e simboliza o direito ao se divertir e aproveitar a vida).

Desta maneira, meninos e meninas vão aprendendo qual será o papel que irão representar na sociedade, naturalizando este processo social como algo dado, posto, que surge como um valor maior, no qual não é constituído pelo próprio homem, mas recebido de uma divindade que o transcende. Assim, as relações sociais serão incorporadas como relações naturalmente postas, colocando os indivíduos na relação de sujeição e alienação diante de suas próprias construções.

Assumindo uma postura anticrítica e irreflexiva em relação a moral dominante, homens e mulheres se apropriam dessa moral e a internalizam enquanto um moralismo que nada tem a ver com uma construção consciente destas regras, normas e valores. Passam a pensar a sociedade e as diferenças a partir de um pensamento positivista e estruturalista que naturaliza as diferenças como inferioridades e patologias, defendendo a ideia de que há uma harmonia na sociedade. O indivíduo que não se enquadra nessa “naturalidade” e “harmonia” é considerado “desajustado”.

Diante deste quadro, questões importantes como o aborto e a homofobia, entre outras, serão evitadas no debate político e se constituirão, sobretudo, a partir do discurso religioso, que irá combater veementemente posições favoráveis, negando a

construção coletiva e histórica presente nas relações sociais. Nega-se, com isso, no caso do aborto, a discussão qualitativa, na qual a principal questão é o direito da mulher decidir conscientemente sobre seu próprio corpo. Com a negação do debate político, prevalece o viés preconceituoso e machista, amplamente disseminado na sociedade. Por conta disso, aquelas mulheres que realizam o aborto (quando isso é possível) são duramente penalizadas e culpabilizadas, não só pelo ato em si, mas também pela gravidez, responsabilizadas por não a evitarem. Não se trata apenas de responsabilizar a mulher pelo cuidado com seu próprio corpo e pela gravidez indesejada. O que se evidencia é a criminalização da mulher, como se ela fosse a única responsável pela gravidez, desresponsabilizando o homem deste processo, como se repete variadas vezes, no caso de mulheres que abandonam seus bebês e são unicamente responsabilizadas pelo ato.

O moralismo presente na sociedade impede os sujeitos de pensarem sobre o sentido amplo das relações humanas, fazendo com que os mesmos assumam uma postura contrária ao aborto, mas positiva em relação, por exemplo, à criminalização de crianças, adolescentes e jovens, como é o caso da proposta de redução da maioridade penal⁸. O discurso apelativo e sensacionalista dirá que não se pode tirar uma vida; negar o direito a uma pessoa nascer e viver. Cotidianamente, porém, as pessoas se deparam com a imensa quantidade de crianças que vivem nos lixões, trabalhando em situação similar a escravidão e/ou exploradas sexualmente, destituídas, porquanto, da condição de humano, vivenciando o estado de barbárie.

É importante destacar que para o pensamento conservador, o preconceito é visto como uma maneira de sentir, conhecer e compreender a realidade e os fenômenos; a essência de toda maneira de conhecer; uma lógica pura com sabedoria própria, intrínseca ao intelecto (NISBET, 1987, p.58). É considerado ainda um conhecimento comum, que se difere do conhecimento científico por ser prático e baseado nos costumes, nas tradições e nos hábitos, tendo como objetivo a hierarquia social. Nesta perspectiva, a partir do pensamento conservador, o preconceito passa a ser aceito como algo posto naturalmente, ressaltando a ideia de superioridades de alguns sujeitos em detrimento de outros. Sendo um conhecimento

⁸Na atualidade há um forte apelo à criminalização da adolescência no Brasil, que não leva em consideração os determinantes sociais para a inserção de crianças e adolescentes no chamado “mundo do crime”. Essa criminalização se expressa pelo amplo movimento de redução da maioridade penal, que não insere neste debate, por exemplo, a ausência do poder público, e consequentemente de políticas públicas, como por exemplo, o gravíssimo problema estruturante de crianças que não estão inseridas nas creches e escolas, não por negligência da família, mas por falta de equipamentos públicos em quantidades suficientes para o atendimento de todos. Registram-se ainda as precárias condições de moradia de muitas famílias e consequentemente de crianças e adolescentes. Considerar o debate sobre a redução da maioridade penal requer dar visibilidade às reais condições de vida das famílias brasileira e à ausência do poder público.

prático, que se baseia nos costumes, não necessita de explicação, mas sim de reprodução, ou seja, é necessário que os sujeitos assim o incorporem no cotidiano de suas ações, transformando as relações sociais em relações naturais, que se explicam apenas pela tradição e o costume de forma dogmática.

Numa visão crítica e totalizante, o preconceito será pensando a partir de uma esfera da vida comum a todo gênero humano: a cotidianidade. Segundo Heller (2008), o cotidiano é o espaço da repetição, das variadas ações, portanto da “ultrageneralização”. O mesmo é marcado pelo ritmo acelerado e repetitivo das múltiplas tarefas que são desempenhadas no dia a dia, demarcando o espaço propício para a reprodução preconceituosa e alienada da vida. É por intermédio do cotidiano que os sujeitos passam os juízos provisórios, que se tornarão preconceitos mesmo quando refutados pela ciência ou por uma análise cuidadosa. Em outras palavras, o juízo provisório se torna um preconceito quando o sujeito o incorpora sem a devida análise sobre sua veracidade, cristalizando-o e tornando-o uma verdade dogmática.

Para Heller (2008), a burguesia produz preconceito em maior medida que as demais classes sociais já existentes, em decorrência de seu esforço ideológico de hegemonização, que procura universalizar sua ideologia. Na sociedade burguesa, que proclama a liberdade e a igualdade, existe a necessidade de se estratificar as classes, criando um conceito de superior e inferior. Nesta lógica, a sociedade se divide entre superiores e inferiores: brancos e negros, pobres e ricos, intelectuais e analfabetos, homens e mulheres, heterossexuais e homossexuais, dentre outros.

O cotidiano é um espaço propício para a inflexão devido às características assinaladas anteriormente. Mas é importante salientar que mesmo sendo um espaço propício à alienação, o cotidiano também representa um espaço para a reflexão. É possível superar as ações rotineiras e repetitivas e fazer o que Heller (2008) chama de “suspensão” da vida cotidiana. Ou seja, é perfeitamente possível agir de forma reflexiva e consciente no cotidiano. Assim, quando os indivíduos conseguem de forma consciente eleger uma alternativa, dentre as possibilidades existentes, os mesmos se constituem como indivíduos éticos capazes de fazer escolhas conscientes. Quanto maiores forem a necessidade moral e a motivação moral de uma escolha, mais se elevará sua condição de sujeito ético.

A busca pelas causas e origens das questões abordadas neste texto coloca os indivíduos diante da possibilidade de entendimento da lógica de reprodução desta sociedade, uma vez que as relações se encontram obscurecidas, mantidas em total invisibilidade, pois o que se põe é realmente um ocultamento de tais fundamentos. Isto porque a lógica de

desenvolvimento da sociedade impõe a constituição e construção de perfis humanos superiores e inferiores, que são disseminados como uma hierarquia natural. Ou seja, alguns indivíduos nascem naturalmente “superiores”, restando aos demais aceitarem a condição de desigual, portanto “inferiores”, na sociedade dos mais fortes.

4 Considerações Finais

Buscou-se, com essa análise, recorrer aos fundamentos da sociedade capitalista para justificar a opressão vivenciada pela mulher na atualidade. O pensamento conservador encontra terreno propício no cotidiano das ações, demarcado, sobretudo, pela imediaticidade dos atos onde se instauram com total força os dogmas absolutos, determinando superiores e inferiores. Neste sentido, situa-se também o discurso que se reveste de científicidade para disseminar preconceito e ressaltar a posição de inferioridade na qual alguns segmentos estão submetidos, como é caso da mulher.

Enquanto a discussão de igualdade de gênero não avançar, especialmente nos seus determinantes estruturantes, ou seja, revelando as relações sociais, econômicas e políticas que são ocultadas no âmbito desta sociedade, o debate ficará comprometido com falas parciais, que nem sumariamente se aproximam do movimento real e dos interesses de hegemonização e dominação do conjunto da sociedade.

A discussão sobre diversidade se inicia com o debate sobre a mulher, sobre seu corpo e sua posição na sociedade capitalista. A superação da lógica da diversidade não está contida nela própria, mas nas relações que se encontram obscurecidas de forma intencional, com o propósito de manter as relações de poder, abuso e mando de um pequeno grupo sobre a maioria. A chave para a compreensão e para a libertação da mulher e do seu corpo parece estar no entendimento destas condições, que também são construídas e disseminadas como naturalmente postas. Mas isto só pode ser apreendido no seio de uma discussão ontológica sobre o ser social e a sua constituição e representação contemporâneo, associada, não aos interesses particulares de uma classe social – tidos como verdadeiros e justificadores da ordem e coesão social, mas nas dimensões presentes na realidade.

5 Referências

CISNE. Mirla. *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2014.

DOMINGOS, Veridiana. *Preconceito de gênero nas manhãs da Globo e no twiter do prefeito*. Disponível em <<http://ogusmao.com/2014/02/11/preconceito-de-genero-nas-manhas-da-globo-e-no-twiter-do-prefeito/>>. Acessado em 19 Ago. 2014.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História.* 8.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Avançadas. *Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil.* IPEA, 2013. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925_sum_estudo_feminicidio_leilagencia.pdf. Acessado em 15 de jul. 2014.

NISBET, Robert. *O Conservadorismo.* Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

PRADO, Marco Aurélio Maximo; MACHADO, Frederico Viana. *Preconceito Contra Homossexualidade: a hierarquia da invisibilidade.* São Paulo: Cortez, 2008.